



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Cartografia temporária do Nordeste: Novísimos movimentos sociais na construção de uma práxis coletiva¹

Manuela Cristina Rêgo de Carvalho

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) na Universidade Federal
de Minas Gerais (UFMG)

João Paulo Araújo Souto

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG)

Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. Os novísimos movimentos sociais são ações ativistas, organizadas por grupos e coletivos urbanos, evidenciados nas redes e nas ruas e articulados a partir de pautas universais. Este artigo, que é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, tem como premissa compreender como esses movimentos, inseridos no contexto do Nordeste do Brasil a partir de 2008, contribuem para a construção de uma práxis coletiva e democrática. Acredita-se que eles possuem um devir revolucionário formado por sujeitos comuns capazes de produzir transformações e enfrentar, mesmo que na micropolítica do cotidiano, a produção de subjetividades neoliberais. Como processo empírico, busca-se aqui apresentar parte dos resultados teórico-metodológicos da disciplina e webinar *Cultura e Lutas Urbanas no Nordeste* realizado em junho de 2021 que teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de uma cartografia realizada junto pesquisadores/ativistas do tema. Para além da compreensão de tais manifestações na escala micro, cabe aqui situar o contexto no qual elas emergem: a cidade neoliberal. Diante disso, este texto se desdobra a partir da (i) contextualização do neoliberalismo enquanto razão e normatividade política-socioeconômica-social, (ii) da discussão sobre os novísimos movimentos sociais e da apresentação do (iii) método cartográfico e resultados parciais do webinar.

Palavras-chave: Novísimos movimentos sociais; lutas urbanas; método cartográfico; neoliberalismo.

Temporary Cartography of the Northeast: Brand new social movements in the construction of a collective praxis

Abstract. The “brand new” social movements are activist actions, organized by urban groups and collectives, evidenced in the networks and in the streets and articulated from universal schedules. This article is part of a doctoral research in progress and has as premise to understand how these movements, inserted in the context of the Northeast of Brazil since 2008, contribute to the construction of a collective and democratic praxis. It is believed that they have a revolutionary future formed by common subjects capable of producing transformations and facing, even in the everyday micropolitics, the production of neoliberal subjectivities. Seeks to present part of the theoretical-methodological results

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

of the course and webinar Urban Culture and Struggles in the Northeast, accomplished in June 2021, which aimed to map urban struggles from new extensionist practices and the work of researchers/activists on the subject. In addition to understanding such manifestations on their micro scale, it is important here to situate the context in which they emerge: the neoliberal city. At that, this text unfolds from the (i) contextualization of neoliberalism as reason and political-socioeconomic-social normativity, (ii) the discussion about the brand new social movements and the presentation of the (iii) cartographic method and partial results of the webinar.

Keywords: Brand new social movements; urban struggles; cartographic method; neoliberalism.

Cartografía temporal del Nordeste: Novísimos movimientos sociales en la construcción de una praxis colectiva

Resumen: Los “novísimos” movimientos sociales son acciones activistas, organizadas por grupos y colectivos urbanos, evidenciadas en las redes y en las calles y articuladas a partir de lineamientos universales. Este artículo, que es parte de una investigación doctoral en curso, tiene como premisa comprender cómo estos movimientos, en el contexto del Nordeste brasileño a partir de 2008, contribuyen con la construcción de una praxis colectiva y democrática. Creemos que tienen un devir revolucionario formado por sujetos comunes capaces de producir transformaciones y enfrentar, mismo que en la micropolítica de la vida cotidiana, la producción de subjetividades neoliberales. El objetivo es presentar parte de los resultados teórico-metodológicos de la disciplina y webinar Cultura y Luchas Urbanas en el Nordeste realizado en junio de 2021, que tuvo como objetivo mapear las luchas urbanas a partir de nuevas prácticas extensionistas y el trabajo de investigadores/activistas sobre el tema. Además de comprender tales manifestaciones a escala micro, es importante situar el contexto en que emergen: la ciudad neoliberal. Por tanto, este texto desenreda a partir de la (i) contextualización del neoliberalismo como razón y normatividad político-socioeconómica-social. (ii) la discusión sobre los movimientos sociales más recientes y la presentación de (iii) el método cartográfico y los resultados parciales del webinar.

Palabras clave: Nuevos movimientos sociales; luchas urbanas; método cartográfico; neoliberalismo.

Introdução

Este artigo é parte de pesquisa de doutorado em andamento que busca compreender como os novíssimos movimentos sociais ativistas, no contexto do Nordeste do Brasil a partir de 2008, contribuem para a construção de uma nova práxis coletiva, diferente dos clássicos e novos movimentos sociais militantes. Acredita-se que essas ações possuem um devir revolucionário formado por sujeitos comuns capazes de produzir transformações e enfrentar, mesmo que na micropolítica do cotidiano, a produção de subjetividades neoliberais. Para isso, tem-se como método uma pesquisa-intervenção realizada de maneira remota nos anos de 2021 e 2022, a partir da experiência das lutas e da narrativa cartográfica partindo do método cartográfico indisciplinar¹.

A experiência de campo se apresenta, portanto, a partir dos resultados teórico-metodológicos da disciplina e Webinar Cultura e Lutas Urbanas que teve por objetivo cartografar as lutas urbanas na Região Nordeste do Brasil por meio de novas práticas extensionistas e do trabalho de pesquisadores em diferentes temas relacionados aos movimentos sociais. O webinar, realizado no mês de junho de 2021, contou com a participação de pesquisadores convidados que realizam a cartografia das lutas urbanas em diversas localidades brasileiras, passando pelos seguintes temas: levantes, redes e ruas; urbanismo tático e intervenções urbanas; arte contemporânea e ocupações culturais; coletivos urbanos e movimentos temporários de ocupação do espaço público; disputas territoriais e práticas insurgentes; e urbanismo insurgente e a produção do comum.

É importante contextualizar que, segundo Maria da Glória Gohn (1997; 2014a; 2014b), os novíssimos movimentos sociais surgem no século XXI e são assim manifestações coletivas recentes, não hierárquicas e de gestão descentralizada que surgiram em vários lugares do mundo. Dessa maneira, elas são tratadas pela autora como novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais indenitárias e locais, movidos por redes e nas ruas, e principalmente, organizados a partir de uma participação ativista. Também, adverte-se nessas ações o seu caráter efêmero e temporário, demonstradas a partir de Neil Brenner (2018) como mobilizações de baixo para cima, de forma acupuntural, possuindo um limite bem definido, como uma rua, um bairro,

uma praça, sendo totalmente maleável e podendo promover uma visão de práticas participativas e colaborativas de reestruturação urbana (BRENNER, 2018, p. 207).

Mas, para além da compreensão de tais manifestações na sua escala micro, cabe aqui situar o contexto no qual elas emergem: a cidade neoliberal. Nesse sentido, é importante advertir que tais movimentos se apresentam dentro de um contexto de cidades sujeitas à um processo de fragmentação do convívio cidadão, que, aliado à uma produção urbana fundamentada sob os princípios neoliberais, acabam por afirmar cada vez mais o individualismo entre os sujeitos comuns. Tal subjetividade neoliberal, passa a mercantilizar e regular a vida, desde o campo político e socioeconômico, até as expressões culturais na construção das cidades.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016; 2017) definem que o neoliberalismo está “muito distante de se resumir a um ato de fé fanático na naturalidade do mercado” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.15). Ele se assume como um sistema normativo capaz de influenciar desde práticas econômicas e políticas, até o próprio convívio social: as relações, os costumes, cultura, produzindo novas subjetividades. Sob o aspecto político, é capaz de conquistar poderes; sob o ponto de vista econômico, produz um rápido crescimento dos mercados financeiros; socialmente, potencializa as relações individuais e a polarização entre ricos e pobres; e em meio às subjetividades, promove o surgimento de um novo sujeito urbano, marcado principalmente por novas patologias.

Em oposição a isso, essas novas formas de uso e apropriação do espaço surgem e demonstram possibilidades de se intervir na cidade de forma coletiva e menos padronizada. Essas ações, já mencionadas enquanto movimentos sociais contemporâneos, são tratadas como intervenções temporárias e foram caracterizadas pela sua efemeridade, participação coletiva e capacidade de transformar os espaços da cidade, ainda que temporariamente, em lugares de acolhimento e livre expressão da arte e da cultura. Admite-se, portanto, que esses movimentos acabam por se contrapor a uma política e a produção de subjetividades que homogeneizam os sujeitos e a forma como eles se apropriam da cidade.

Entendemos, portanto, que tais ações - promovidas pelos novíssimos movimentos sociais no espaço urbano contemporâneo são práticas sociais densas de espacialidade que potencializam o uso e a apropriação dos lugares públicos, da vida cotidiana e instituem, mesmo que “temporariamente”, novos significados frente a construção da cidade neoliberal. A partir disso, urge a necessidade de se compreender a “cartografia temporária” dessas ações e pensar uma nova construção democrática que reconheça a diversidade e caráter transformador das mesmas. Torna-se assim essencial evidenciar as diferentes formas de viver e de ocupar o território a partir da formação de lugares, do vivido e da construção de novas identidades que se interligam em tais manifestações. Para isso, como já mencionado anteriormente, este artigo apresenta uma breve (i) contextualização do neoliberalismo enquanto razão e normatividade política-socioeconômica-social, (ii) uma discussão sobre os novíssimos movimentos sociais e a apresentação do (iii) método cartográfico utilizado junto aos resultados parciais do webinar.

1. O Neoliberalismo na produção de sujeitos: sobre a neoliberalização da vida

Sabe-se que neoliberalismo ultrapassa a divisão social do trabalho, o domínio sob os corpos e o exercício de poder sob as pessoas, refletindo em todas as instâncias das nossas vidas, das nossas subjetividades e nas classes sociais. A luta de classes, que antes poderia vir a trazer a revolução, acaba por se esfacelar em uma luta completamente individual contra si mesmo, onde “cada um possui o seu próprio meio de produção” (HAN, 2018, p.18). A própria tecnologia e comunicação passam a funcionar como amplos dispositivos neoliberais de poder sobre a sociedade, “virando tudo violentamente para fora, para que possa produzir informação” (CHUL HAN, 2018, p.19).

É, portanto, apresentado como uma racionalidade que, antes de ser uma ideologia política ou mesmo uma política econômica, é a estruturação de governos sob os moldes do capital, da disputa

de mercado e de subjetividades impostas a todos os sujeitos. Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016) ele “é a razão do capitalismo contemporâneo” e pode ser entendido como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.17). Os autores demonstram que o neoliberalismo não pode ser visto como um simples instrumento nas mãos de uma “classe capitalista”, que aumenta cada vez mais as desigualdades e a acumulação de renda nas mãos de poucos (DARDOT E LAVAL, 2016, p.22), mas sim um processo moldado e composto por diversos elementos que, apesar de fortalecerem a lógica de acumulação de capital, suscitam de diversas outras formas sociais, culturais e políticas.

Além disso, sob a união do Estado-Capital, ele passou a transformar a interação do governo com os movimentos sociais muito além da “democracia representativa e da institucionalização dessas ações” (ROLNIK, 2006, p.09), modelando o comportamento dos grupos, impondo novas subjetividades e incorporando discursos e regras desse sistema dentro dos coletivos. Dessa forma, a coletividade passa também a ser domesticada, e, a todo momento existe ali a necessidade da emancipação do poder. A fim de entender a relação entre os novíssimos movimentos sociais, inseridos no século XXI, e os efeitos do neoliberalismo nos espaços e narrativas em torno das suas possibilidades políticas, sociais e democráticas, é proposto neste artigo uma breve discussão sobre a produção do sujeito neoliberal e as conformidades desses aspectos em relação à prática coletiva.

Sobre a relação entre a lógica de produção neoliberal e o Estado com esses movimentos, Suely Rolnik (2006) destaca que, a partir de 2008, a sociedade disciplinar atingiu seu auge no Brasil e fez lançar-se num processo de ruptura com a sua própria existência cotidiana. Para a autora, “ficamos embevecidos por sermos tão contemporâneos [...] o que nos torna por exemplo campeões internacionais de publicidade e nos posiciona entre os grandes no ranking mundial das estratégias midiáticas (ROLNIK, 2006, p.09). Dessa maneira, a subjetividade neoliberal fez dos brasileiros “verdadeiros zumbis antropofágicos”:

[...] o neoliberalismo mobilizou o que esta tradição tem de pior, a mais baixa antropofagia. A “plasticidade” da fronteira entre público e privado e a “liberdade” de apropriação privada dos bens públicos levada na brincadeira é uma de suas piores facetas, impregnada da herança colonial – é exatamente para esta faceta da antropofagia que Oswald de Andrade chamara a atenção para designar seu lado reativo. Esta linhagem intoxica a tal ponto a sociedade brasileira, especialmente sua classe política, que seria ingênuo imaginar que ela possa desaparecer num passe de mágica (ROLNIK, 2006, p.10).

Byung-Chul Han (2015) afirma que a sociedade do século XXI destaca-se pelo seu desempenho e pela sua produção, movidos pelo empreendedorismo de si mesmo e vislumbrados por um poder “ilimitado”. O controle de tal se dá muito além do capital, mas agora surge como parte do próprio sujeito: em se auto cobrar, em exigir de si um desempenho mais rápido e transformar esse dispositivo de controle em algo positivo, pois afinal de contas, o destaque sempre se dá ao funcionário mais produtivo.

O autor também destaca, junto aos dispositivos de poder, a violência intrínseca que agora emerge a partir de discursos, de imposições, “e que destroem qualquer comunidade, qualquer elemento comum, qualquer proximidade, inclusive a própria linguagem”. Como consequências, a sociedade do desempenho gera em si um cansaço e esgotamento, culminando nas diversas patologias psicológicas: depressões, ansiedades, crises de pânico, o esgotamento mental que inunda a alma e o corpo do sujeito moderno (HAN, 2015, p.38).

Dessa forma, Han (2015) salienta que o sujeito de desempenho concorre consigo mesmo e está a todo momento submetido a necessidade de se superar: “ele projeta a si mesmo na linha do eu-ideal” (HAN, 2015, p.38), se submetendo ao seu superego e assim positivando-se enquanto auto explorador, auto consumidor, em um eterno processo de “autoagressividade”. Sobre a sociedade do cansaço, cada pessoa passa a carregar uma forma de exploração substancial à manutenção

dessas forças de produção: elas são exploradoras e ao mesmo tempo exploradas; são parte do mercado e são também mercadorias; são atores e também alegorias expostas em vitrines – as redes sociais.

Ainda, segundo Dardot e Laval (2016), esse sujeito neoliberal tem como base da sua construção as mesmas relações mercadológicas apontadas por Marx, onde, sobretudo, destaca o desapego e o individualismo do homem com a família e os vínculos sociais influenciados pelo capital. Mas, se expressa de maneira diferente na contemporaneidade, onde, o “contrato” torna-se a medida de todas as relações sociais, deixando claro “o cerne do que se convencionou chamar de individualismo moderno” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.324).

Para os autores, necessitava-se com isso a fabricação e gestão de um novo sujeito que trabalhe para empresa como se trabalhasse para si mesmo, sendo assim eliminada a alienação de ser “empregado”, surgindo o que eles chamam de cultura da empresa. O neoliberalismo acaba por afirmar a figura da empresa e fazendo surgir o sujeito neoliberal: personagem dotado do próprio engajamento de fazer parte e ser parte de uma empresa, no seio da sua atividade profissional.

Eles admitem que para a conversão desses sujeitos ao “estado de ser empresarial” seriam necessários novos dispositivos: um arranjo de processos de normatização e técnica disciplinares capazes de criar estratégias para educar a mente humana, de controlar o corpo e as principais organizações sociais - convívio, moradia, descanso e lazer. Tais dispositivos acabam por criar o melhor dos indivíduos ao capital: o sujeito produtivo, aquele que em todos os domínios da sua vida é capaz de se sentir satisfeito e feliz em estar produzindo. Se “o poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe” (FOUCAULT, 1979, p. 99); seria esse então o homem dócil ao trabalho, consumidor fiel e empreendedor eficaz, sufocado em uma alienação diária e destituído completamente de um senso coletivo.

Por meio de um discurso de empoderamento, de táticas motivacionais por meio de diversos dispositivos e estímulos, o trabalhador passa a se transformar em mercadoria. Consequentemente, a insegurança trabalhista e a precariedade das formas de exploração são “naturalizados” pelo discurso neoliberal de “empreendedor de si mesmo”. Todos os riscos da empresa são então transferidos exigindo maiores compromissos e disponibilidade do trabalhador. Dardot e Laval (2016) afirmam o surgimento de uma reação em cadeia que produz sujeitos empreendedores que reproduzirão e reforçarão as próprias relações de competição entre eles, se adaptando a condições de trabalho cada vez mais duras, produzidas por eles (DARDOT E LAVAL, 2016, p.329).

Conforme anunciado acima, a empresa passa a se constituir como a lógica que rege, desde a formação das crianças e o aluno, o próprio sujeito empreendedor, de modo a transformar “o trabalho no veículo de realização pessoal” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.333). Diferente da doutrina cristã, que dignificava o homem que trabalha dando-lhe a proteção divina, o trabalho no conceito neoliberal nada mais é do que um projeto pessoal de felicidade. “A empresa de si mesmo é uma entidade psicológica e social, e mesmo espiritual, ativa em todos os domínios e presente em todas as relações” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.335).

Para alcançar tal satisfação, é importante destacar a ajuda estratégica dos vários consultores, *coaches* e *managers* que, a partir de diferentes técnicas e procedimentos, visam dar ao sujeito um maior controle das suas emoções, dos seus contatos com clientes e de si mesmo, tornando-o um empreendedor/trabalhador excepcional. Com metodologias próprias e técnicas de transformação diversas, esses gurus visam criar um indivíduo mais eficaz fazendo-o acreditar no seu próprio domínio como recurso próprio da empresa em que trabalha. Segundo os autores, o indivíduo passa a trabalhar a si mesmo para se tornar mais produtivo, e consequentemente, para a empresa ser mais produtiva (DARDOT E LAVAL, 2016).

Sob o domínio da empresa, do próprio Estado-capital² e dos diversos dispositivos de auto coerção e auto culpabilização, o sujeito neoliberal está a todo momento sujeito à riscos. Essas incertezas

vitais sempre estiveram presentes no contexto empresarial: são os riscos de mercado. Com o neoliberalismo, os riscos individualizados que podem ser custeados ou não pelo governo (como por exemplo saúde e educação) tornaram-se mercadoria, à medida que o sujeito passa a contar cada vez menos com esses apoios estatais e estar sempre no “endividamento”. Produz-se assim o sujeito da assistência privada.

Pois bem, a sociedade neoliberal é resultado de um processo histórico que não necessariamente foi programado pelos processos capitalistas, não se engessa e tem assim uma enorme capacidade de “criar um novo conjunto de regras que definem não apenas o outro regime de acumulação, mas também, mais amplamente, outra sociedade” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.24). É sobre esses sujeitos, tratados por Byung-Chul Han (2015) em “sociedade do cansaço”, e tão amplamente difundidos na modernidade como “líquidos, efêmeros, produtores e empreendedores de si”, que se inscrevem as principais controvérsias em torno da produção da cidade contemporânea.

Aqui, torna-se importante destacar que as forças de coerção movidas pelo neoliberalismo acabam por desestruturar e desestabilizar também a formação dos movimentos sociais, à medida que transformam as relações de coletividade em relações comerciais-empresariais. Para Maria da Glória Gohn (2014b) a interação do Estado com os movimentos sociais se faz mediante a retirada da “ação” por meio de regras e espaços demarcados, onde a possibilidade de emancipação se confina nas resistências, e, dessa maneira, “o sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados” (GOHN, p.65). A partir disso, traz-se os seguintes questionamentos, agora com foco nesse sujeito neoliberal: Quem são os atores que moldam, escrevem e conquistam os espaços da cidade? Como reconhecer o domínio neoliberal sob esses corpos? Em que medida a produção de subjetividades interfere na forma com que esses sujeitos se apropriam dos espaços, criam lugares e se envolvem em comunidades/movimentos sociais organizados?

2. Novíssimos movimentos sociais na construção de uma práxis autonomista

Anteriormente foi discutido o contexto de cidade na qual os novíssimos movimentos sociais se inserem: a cidade neoliberal. De maneira breve, retomo Dardot e Laval (2016) quando descrevem o neoliberalismo como um modelo que orienta governos, empresas e milhões de pessoas, de forma inconsciente, potencializado mais e mais pelos avanços tecnológicos do Estado moderno e o enfraquecimento do poder público, onde as suas práticas concentram-se em uma nova razão contemporânea fundamentado em uma racionalidade. Sob a emergência do neoliberalismo, passam a surgir diversos movimentos que englobam diferentes pautas como a luta antirracista, antifascista, feminista, indígena, ambiental, entre outras; que se mostram frente a um sistema que massifica e molda a prática socioespacial nas cidades às necessidades do capital.

Para este momento, trata-se agora de compreender de quais movimentos sociais estamos falando. Primeiramente, nos interessa fazer um recorte temporal que diferencie esses novos movimentos das ações clássicas, como bem define Maria da Glória Gohn (2014a; 2014b; 2016) ao distingui-los a partir de cinco ciclos no Brasil. Para a autora, os movimentos sociais no Brasil se agrupam em cinco ciclos de luta: um primeiro na década de 1970; um segundo durante a transição democrática dos anos de 1980; um terceiro que surge após a Constituição de 1988; um quarto na primeira década do novo século e o quinto, ao qual nos interessa, após junho de 2013 (GOHN, 2019, p.93).

O quinto ciclo de luta é compreendido pelo surgimento dos novíssimos movimentos sociais: manifestações coletivas recentes, não hierárquicas e de gestão descentralizada, que surgiram em vários lugares do mundo, e, ao que nos interessa, no Brasil a partir dos conflitos de 2013. Segundo Gohn (2014a) essas ações surgem como novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais identitárias e locais, movidos por redes e nas ruas, e principalmente, organizados a partir de uma participação ativista.

Para Gohn (2014a), esses movimentos se diferem daqueles que emergem no século XIX e nas primeiras décadas do século XX (operários, revolucionários, movimentos da década de 70 que reivindicavam melhorias urbanas e eram opositores aos regimes militares), que se articulavam a partir de “militâncias”, unidas por ideologias e pautas comuns. Tratados como “novíssimos movimentos sociais” pela autora, eles se articulam a partir de “ativismos”, que se diferem dos militantes por não pertencerem a um grupo específico e serem coletivos com o apoio da mídia e organizados por pessoas comuns, fora mundo da política oficial. Dessa forma, ela destaca que a militância deu lugar a visibilidade dos movimentos nas ruas e na mídia, participando de causas mais coletivas relacionadas ao mundo vivido pelas pessoas, e não diretamente motivadas pelas ideologias que fundamentam aquelas antigas causas. “Os militantes olham mais para dentro de si próprios. Deixam a paixão pelo coletivo em segundo plano e buscam suas próprias paixões” (GOHN, 2014a, p. 341).

Tratando especificamente dos movimentos brasileiros que eclodiram em Junho de 2013, a autora afirma que:

Os manifestantes de junho no Brasil atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob a coordenação de uma liderança central. São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas, etc (GOHN, 2014a, p.13).

Outro caráter importante dessas ações diz respeito ao uso das redes sociais para sua organização e Manuel Castells (2013) acrescenta que diante da incapacidade de articulação na cidade e de compartilhar a vida comum, os cidadãos passaram a se organizar em redes, e formaram-se milhares de “redes de esperança” conectando problemas reais de pessoas reais na segurança do “ciberespaço”. Para o autor, se antigamente os movimentos sociais dependiam de uma comunicação a partir “boatos, sermões, panfletos, manifestos”, hoje, eles se comunicam a partir de redes digitais horizontais e interativas, e “é por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero” (CASTELLS, 2013, p.16).

Indo além do entendimento das manifestações acontecidas em Junho de 2013 no Brasil, cabe-nos compreender como esses movimentos demonstrados por Gohn (1997;2013;2014) influenciaram diversas outras manifestações no país que incluem desde a participação popular em editais e projetos culturais junto ao Estado, à revoltas populares por causas distintas: ambientais, de moradia, culturais, políticas e geopolíticas. Essas causas surgem a partir da identificação entre os atores – muitas vezes expressas e encontradas virtualmente - ao criarem identidades emocionais e essas serem vistas como fenômenos coletivos, onde, as articulações e forças socioeconômicas passam a explicar essas ações (Gohn, 2014, p.52).

Também, a partir de Souza (2010), esses movimentos se configuram como ativismos sociais que se vinculam a uma práxis da realidade socioespacial, sendo dessa forma ações que se aproveitam, junto ao Estado, das suas brechas legais, instancias participativas oficiais e recursos públicos. Estariam assim “com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado”, dispostos a partir de uma relação tática sempre passível a cooptação, mas também na busca de uma reciclagem do que já existe e construção de novas práticas. A partir de tais afirmações, o autor destaca que:

[...] é necessário admitir que as relações entre a ação direta e a tríade “com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado” são mais complexas do que se poderia supor, já que a ação direta pode desdobrar-se, taticamente, em luta institucional [...] Em segundo lugar, deve-se levar em conta que, se a dinâmica política define, ao longo da história, desdobramentos complexos, intencionais ou não, que abrem possibilidades mas que também trazem riscos, entre os riscos está o do esgotamento prematuro de uma luta (e da desmobilização), levando a que um movimento social tenha dificuldades para se incorporar uma visão de totalidade (SOUZA, 2010, p.29).

De acordo com Souza (2010), tais movimentos são “práticas sociais densas de espacialidade” que vão diretamente contra as leis e normas que regulam a vida, ou seja, o processo de produção das

idades e de subjetividades neoliberais. Segundo o autor, as ideias e práticas libertárias tem o seu ressurgimento nos anos 60 a partir das revoltas estudantis e a partir dos anos 90, novos movimentos sociais na América Latina, elevam o conceito de autonomia.

Relembro aqui que este artigo tem busca demonstrar, a partir da experiência do webinar, como o surgimento de tais manifestações coletivas, muitas vezes movidas por diversas pautas e apropriando-se dos espaços públicos das grandes cidades a partir de ações efêmeras, se relaciona diretamente à uma produção de cidade pelo neoliberalismo. E ainda, como essas práticas espaciais são capazes de demonstrar uma nova realidade, transformadora e autonomista, tendo a autonomia enquanto base para a construção de uma práxis democrática.

Pensando agora na autonomia, Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) apontam que esses movimentos são, não só uma resistência contra o sistema, mas também uma tentativa de produzir novos modos de subjetividades diferentes daquelas criadas a partir do capital. Para os autores, essas manifestações criam assim processos de reapropriação de subjetividades, automodeladores, que são capazes de captar elementos da situação e construir as suas próprias referências e táticas. Dessa forma:

A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ter sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.46).

Seria essa a criação de “um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística” a partir de outras singularidades, de outros vetores, de outras paixões (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.48). Como exemplo disso os autores destacam movimentos que vão de oposição ao controle do tempo pelos processos do capital, a partir de outras relações produzidas por eles mesmos: a arte, a música, as intervenções culturais, muitas vezes reapropriando territórios subjetivos. Chamada pelos autores de “revolução molecular”, esse rompimento com o capitalismo, deve acontecer com o reconhecimento do inimigo enquanto parte de nós:

[...] teremos de reconhecer que o inimigo não está só nos imperialismos dominantes. Ele está também em nossos próprios aliados, em nós mesmos, nessa insistente reencarnação dos modelos dominantes, que encontramos não só nos partidos mais queridos ou nos líderes que nos defendem da melhor maneira possível, mas também em nossas próprias atitudes, nas mais [diversas ocasiões (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 48).

Por meio desse reconhecimento, todos esses devires devem se chocar com as subjetividades produzidas pelo capitalismo, e dessa forma, construir uma nova lógica a partir dos pontos de singularidades. Para os autores essa revolução molecular também parte de funções autônomas, encontradas muitas vezes em organizações como partidos ou sindicatos, mas também no cotidiano de bairros, em fabricas, em uma escola, reunindo diversos níveis da vida social. A autonomia seria assim “algo que se expressa num nível micropolítico - exatamente, o da produção de subjetividade” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 51).

Portanto, para os autores, a questão se dá, não na organização dos grupos sociais, mas sim se esses são capazes de combater as subjetividades capitalísticas e criar uma nova cultura, seja no cotidiano ou nas suas militâncias. A função da autonomia se processa na micropolítica à medida que cria agenciamentos sociais que levam em consideração essa produção de subjetividades. Com isso, a função da autonomia está em criar uma nova cartografia dos desejos:

[...] captar todos os impulsos de desejo, todas as inteligências, não para fazê-las convergir num mesmo ponto central arborescente, mas para dispô-las num imenso rizoma, que atravessara todas as problemáticas sociais, a nível local, regional, quanto a nível nacional e internacional (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 173).

Por fim, a partir da abordagem autonomista, entende-se aqui que os novíssimos movimentos sociais aqui apresentados vão de oposto aos espaços públicos vigiados, à alienação do tempo pelo consumo e aos discursos de violência e poder impostos pelo Estado; e por isso, são ações que transformam a realidade socioespacial e funcionam, não como modelos fechados e bem sucedidos, ou enquadrados em caixinhas e classificações restritas, mas sim como demonstrações reais e utopias para a construção de uma outra cultura e uma outra cartografia do social. Acredita-se que apenas uma sociedade autônoma seria capaz de realmente realizar a tão sonhada revolução, e, no contexto de Brasil esse ainda é um longo caminho a ser percorrido por esquerdas e direitas.

Para Cornelius Castoriadis (1982) o projeto de construção de uma nova sociedade vai além de uma teoria completa, do domínio de uma técnica ou da própria história, ele pertence ao domínio do fazer, traduzido por ele como a práxis (CASTORIADIS, 1982, p.94). Tem-se nessa autonomia um sentido de desejos diferentes, de subjetividades para além do ser empreendedor, de um coletivo que pode ser encontrado nessas pequenas ações mencionadas e, dessa forma, manter viva a ideia de uma práxis democrática ainda que utópica. E diante disso, entende-se aqui que essa “práxis, revolucionária, autonomista” deve se constituir, a partir dos novíssimos movimentos sociais, um fazer lúdico que não se aliena pelas projeções do neoliberalismo. Ela produz um novo projeto, novas formas e novos conteúdos reconhecendo e explicitando os problemas sociais como totalidade. Assim, “a práxis revolucionária não deverá tentar resolver todos os problemas dessa sociedade, mas sim demonstrar que a sua realização aumentaria a capacidade social de enfrentamento aos seus próprios problemas” (CASTORIADIS, 1982, p.111).

3. Por uma cartografia temporária do Nordeste: Webinário Cultura e Lutas Urbanas

Escrever e pesquisar sobre o Nordeste é, antes de tudo, uma maneira de desmistificar um imaginário sobre flagelos, sobre a pobreza - sobretudo simbólica - que insistem em colocar essa Região na mídia e no restante do país. Diferente do que é mostrado, a terceira maior Região do país abriga uma diversidade de povos, culturas e lutas que vem dia a dia se sobrepondo a uma realidade histórica de descaso e isolamento geradas pela concentração de renda e de poder nas Regiões Sul e Sudeste do país. O Webinário Cultura e Lutas Urbanas II³ (figura 1) funcionou como uma segunda experiência extensionista e transdisciplinar realizada pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar (EA/UFMG)⁴ em cartografar as lutas urbanas na Região Nordeste com foco nos novíssimos movimentos sociais.



Figura 1. Flyers de divulgação da disciplina e webinário cultura e lutas urbanas no Nordeste (fonte: produzido pelos autores para o acervo do Grupo Indisciplinar).

Para além do debate geográfico, histórico e econômico, é importante situar a figura do nordestino como essencial para tratar dos múltiplos movimentos sociais que se impõem politicamente nos nove estados do NE. São esses territórios e esses atores o foco da pesquisa que dá origem a este artigo e assim, a necessidade de compreender, dentro de um contexto maior de lutas, a importância dessas ações na microescala dessas capitais. Nota-se, de maneira prévia, que muitas pautas locais se cruzam com pautas nacionais e são unidas a partidos e manifestações políticas que visam a defesa de governos populistas e de direitos humanos básicos. Dessa forma, a disciplina e webinar surge também dentro de um contexto geral de estudos dentro do grupo sobre a relação das lutas urbanas brasileiras e latinoamericanas com as insurgências em escala global a partir dos diferentes atores – humanos e não humanos - e das narrativas presentes durante os movimentos de ocupação de redes e ruas pós-2008, com destaque para insurgências como a Primavera Árabe (2010), *Occupy Wall Street* (EUA - 2011) e as Jornadas de Junho (Brasil - 2013).

Aqui torna-se importante mencionar que o esforço em construir essa experiência se deu de forma coletiva a partir de professores e bolsistas – alunos de graduação e de doutorado – iniciando pela elaboração de um cronograma de atividades, uma lista de objetivos gerais a serem abordados e elaboração dos principais eixos de debate que posteriormente serviriam de base aos pesquisadores convidados. Diante dos objetivos elencados a seguir, pôde-se evidenciar as principais temáticas a fim de mapear, a partir de uma rede de parceiros (pesquisadores, orientandos, ativistas e militantes conhecidos), as apresentações finais. De maneira geral, inserida na Região Nordeste, a experiência tinha por objetivos:

- (1) Compreender a relação entre as lutas urbanas brasileiras e as insurgências em escala local;
- (2) Discutir os diferentes atores e narrativas presentes durante os movimentos de ocupação de redes e ruas pós 2008;
- (3) Evidenciar ações de urbanismo tático e intervenções temporárias, realizadas por grupos, movimentos ou coletivos;
- (4) Qualificar espaços e movimentos como forma de reconhecê-los enquanto ações colaborativas e biopotentes;
- (5) Discutir a participação da arte nas lutas urbanas e a atuação das ocupações culturais e coletivos urbanos;
- (6) Debater as práticas insurgentes em torno das disputas territoriais entre comunidades e o mercado imobiliário;
- (7) Evidenciar a participação do arquiteto e urbanista junto a políticas públicas que integrem os interesses dos movimentos sociais junto ao desenvolvimento sustentável das cidades;
- (8) Promover um debate sobre ações colaborativas, urbanismo insurgente e a atuação dos movimentos de sociais na luta pelos espaços da cidade;
- (9) Demonstrar a atuação popular por meio de práticas informais, cotidianas e comunitárias na gestão coletiva dos espaços da cidade e na produção de uma práxis autonomista.

Como já mencionado anteriormente, a partir desses objetivos foram abordados seis tópicos principais durante as palestras que aconteceram no mês de junho de 2021: (1) Levantes, redes e ruas; (2) Urbanismo tático e intervenções temporárias; (3) Arte contemporânea e ocupações culturais; (4) Coletivos urbanos; e (5) Disputas territoriais e práticas insurgentes na produção do comum (figura 1). Junto a isso, o webinar se iniciou com uma palestra de abertura com as professoras Glória Cecília (UFBA) e Marcela Silvano Brandão (UFMG), e se encerrou com um debate que integrou alunos e professores em torno dessas temáticas e da cartografia produzida a partir delas. A tabela 1 demonstra as temáticas junto a suas respectivas datas e apresentações:

Tabela 1. Catalogação das temáticas e dos palestrantes do webinar de acordo com os seus projetos de pesquisa (fonte: elaborado pelos autores).

TEMÁTICA NO WEBINÁRIO	Convidado	Temática da sua pesquisa	Titulação atual	Universidade/ Cidade/Região
Abertura: Cartografia das Lutas – 02 de junho de 2021				
	Glória Cecília dos Santos Figueiredo	Cartografia dos movimentos sociais e lutas urbanas no Nordeste do país	Doutora – Professora UFBA	UFBA – Salvador - Bahia
	Marcela Silviano Brandão	Método Cartográfico Indisciplinar	Doutora – Professora UFMG	UFMG - Belo Horizonte - MG
Levantes, redes e ruas – 09 de junho de 2021				
	Jonatha Vasconcelos	Ocupações culturais em Sergipe	Doutorado em andamento	UFS - Sergipe
	Pedro Henrique Correia	A experiência dos movimentos sociais de direita em Natal/RN	Mestre	UFRN – Rio Grande do Norte - Natal
	Valéria Pinheiro	Disputados pelo Estado, com o Estado e além do Estado	Doutorado em andamento	UFC – Fortaleza - Ceará
Urbanismo tático e intervenções temporárias - 09 de junho de 2021				
	André Moraes de Almeida	Urbanismo tático	Mestre e professor	UFPE – Recife - Pernambuco
	Izadora Carvalho Laner e Bárbara Bonetto	Instituto COURB	Doutorado em andamento	UFBA – Salvador - Bahia
	José Otávio Santos	Urbanismo tático e intervenções temporárias	Mestre e doutorado em Aveiro - Portugal	UFC – Fortaleza - Ceará
Arte contemporânea e movimentos culturais – 16 de junho de 2021				
	Luciana de Lima Lopes Leite	Coletivo OcupARThe - Piauí	Doutorado em andamento	UFPI – Terezina - Piauí
	Mariane Cardoso de Santana	Coletivo Aqui Fora - Maceió - AL	Mestre pela USP - SP	UFS – Sergipe
Coletivos urbanos na ocupação do espaço público – 16 de junho de 2021				
	Atailon Matos e Flora Tavares	Coletivo Trama, Salvador BA	Graduados em Arquitetura e Urbanismo	UFBA – Salvador - Bahia
	Carla Mendes	Coletivo Aqui Fora - Maceió - AL	Graduada em Arquitetura e Urbanismo	UFAL – Alagoas
	Laryssa Araújo	Coletivo Massapé - Recife	Mestre	UFPE – Recife - Pernambuco

Mariana Araújo de Oliveira	Coletivo Abraço – Fortaleza CE	Mestrado em andamento	Graduação na UFC – Fortaleza – Ceará; Mestrado na UFRN - RN
Disputas territoriais e práticas insurgentes – 23 de junho de 2021			
Amanda Máximo	O caso da comunidade do Poço da Draga, Fortaleza CE	Mestre	Graduação e mestrado pela UFC – Fortaleza - Ceará
Flávio Tavares	Disputas territoriais no Cocó – João Pessoa - PB	Mestre	Graduação na UFPB; Mestrado na UFPE – Recife - Pernambuco
Pedro Rossi	Demolições e remoções no Porto do Capim – João Pessoa PB	Doutorado em andamento na USP- SP	Graduação na UFPB – João Pessoa – Pernambuco; Mestrado na UFPE - Pernambuco
Urbanismo insurgente e a produção do Comum – 23 de junho de 2021			
Gilnadson Bertuleza	A emergência das batalhas de rap em Natal/RN	Mestre	Graduação e mestrado na UFRN – Rio Grande do Norte
Mirna Linhares	Plataformas colaborativas para o enfrentamento da Covid-19	Mestrado em andamento na USP- SP	Graduação na UFPB – João Pessoa;
Sarah Andrade	Insurgências na produção do espaço urbano de Mãe Luiza Natal RN	Doutorado em andamento na UFRN	Graduação e mestrado na UFRN – Rio Grande do Norte
Encerramento da disciplina – 30 de junho de 2021			

Uma análise geral das temáticas e palestrantes inseridas na tabela 1 demonstra que todos os participantes são da Região Nordeste (figura 2) do país e fizeram graduação, mestrado ou doutorado em Universidades ali localizadas. Esse reflexo já era esperado visto que todos os contatos foram feitos em torno de uma rede de pesquisas sobre coletivos urbanos, movimentos sociais e intervenções temporárias realizadas nas nove capitais do NE. Além disso, observou-se ao longo das palestras que muitos dos pesquisadores estudam temas relacionados aos seus cotidianos, participando diretamente enquanto ativistas junto a coletivos e grupos que muitas vezes nascem dentro da própria universidade a partir dos centros acadêmicos e de escritórios modelos, como é o caso do Coletivo Massapê, que surge dentro da Universidade Federal de Pernambuco – PE.



Figura 2. Flyer de divulgação do webinar junto a localização dos palestrantes nos nove Estados da Região Nordeste do Brasil (fonte: produzido pelos autores para o acervo do Grupo Indisciplinar).

Ainda, sobre o processo de construção do webinar, é importante lembrar que houve um contato prévio com todos os palestrantes na busca da adequação de seus trabalhos dentro das temáticas propostas. Por se tratar de uma experiência acadêmica, foi criada uma biblioteca própria da disciplina que serviu como apoio aos alunos matriculados, onde disponibilizou-se artigos e matérias online de autoria dos pesquisadores convidados. Tal material, unido às aulas síncronas, foram fundamentais para a realização dos debates e da cartografia coletiva (produto final do webinar). Após os quatro dias de apresentações a disciplina passou a ser voltada aos alunos matriculados das diversas graduações da UFMG junto à formação transversal onde foi realizada uma discussão sobre as temáticas apresentadas na disciplina, do material produzido durante as aulas e em atividades assíncronas (leitura do material bibliográfico disponibilizado) e também da análise da cartografia construída coletivamente na plataforma Miro.

No total, foram matriculados 10 alunos internos da UFMG e 62 ouvintes das diversas localidades do Brasil, totalizando 72 participantes. Em sua maioria são estudantes das ciências sociais: arquitetura, antropologia, geografia e direito; como também das artes visuais e design. Após os cinco dias de aulas síncronas os alunos foram designados a contruir uma cartografia a partir das falas e bibliografia dos palestrantes na plataforma Miro. De maneira coletiva e a partir das gravações das aulas disponíveis no Youtube, a disciplina teve como principal ferramenta pedagógica e de investigação o Método da Cartografia das Controvérsias, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Indisciplinar.

Tal método parte das reflexões e costuras teóricas dos escritos de Michel Foucault (1986), somados aos conceitos de “rede e rizoma” de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996) e a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012), em uma síntese metodológica que tem como objetivo principal a identificação de controvérsias entre as narrativas e atuações dos atores na trama de pesquisa. O Método Cartográfico admite a cartografia “não somente como método da geografia clássica territorial, mas como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo” (RENA et al, 2015, p. 15 apud BRANDÃO et al, 2022). Essa cartografia, portanto, busca compreender a multiplicidade de processos envolvidos nas lutas e movimentos sociais urbanos a partir dos seus diversos atores – humanos e não humanos, suas rupturas e reconstruções, ações e narrativas, a partir da visão de um pesquisador inserido nesse contexto, presencial ou virtualmente.

Por fim, também dentro deste caminho metodológico, é importante destacar a importância da TAR - Teoria Ator-Rede ou ANT – *Actor-Network-Theory*, em inglês, desenvolvida por Bruno Latour (2012). O autor elabora a sua própria teoria social acerca da constituição social, buscando assim uma experiência que inclua e siga os próprios atores em torno das suas ações e associações – formação de grupos. Longe de uma sociologia relativista e comparativa, o autor objetiva compreender o domínio do social a partir das suas controvérsias, do rastreamento dos instrumentos utilizados pelos atores para estabilizar essas controvérsias e sobretudo, dos procedimentos dos quais é possível “reagregar o social” (LATOURE, 2012, p.37).

A partir de Latour (2012), este artigo apresenta uma breve análise do webinar a partir das cinco incertezas estabelecidas pelo autor e reinterpretadas pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar: (I) a natureza dos grupos, formados por atores humanos e não humanos; (II) a natureza das ações realizadas por eles; (III) a natureza dos objetos, os não humanos também agem diretamente nas narrativas apresentadas; (IV) a natureza dos fatos, ou seja, as próprias narrativas; e (V) o tipo de estudos realizados sob o rótulo de ciência social (LATOURE, 2012, p.42).

Como já mencionado, devido a necessidade de realização de aulas online, conforme solicitado pelo plano de Ensino Remoto Emergencial da UFMG, o método necessitou ser adaptado ao ambiente virtual, assim, para fins práticos da disciplina utilizou-se da plataforma Miro para os estudos e a criação colaborativa da Cartografia das Controvérsias. Diante disso, necessitou-se a elaboração de um resumo do método na plataforma Miro (figura 3), para melhor auxiliar a produção cartográfica: um resumo das cinco incertezas com suas respectivas cores de uso (eventos em laranja (o que?), narrativas em rosa (como?), localização em verde (onde?), atores humanos em amarelo e não humanos em azul; os principais atalhos a serem utilizados na plataforma e a disposição disso na cartografia.

Método

indisciplinar

GRUPO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR

A Cartografia das controvérsias é fundada a partir de 5 incertezas:

1ª - Questão de fato vs questão de interesse:

Eventos:
O que?

Fatos marcado no tempo e localizados no espaço

Narrativas:
Por quê?

Figurações sobre os fatos: explicações, pontos de vista, críticas, julgamentos de valores, etc...

Localização:
Onde?

Onde se localizam os fatos

2ª - Não há grupos, apenas formação de grupos:

Atores humanos:
Por quem?

Cidadãos isolados, grupos organizados (movimentos sociais, associações de bairro), poder público (executivo e legislativo), grupos religiosos (católicos, evangélicos, afrodescendentes, etc), acadêmicos, etc...

3ª - Os objetos também agem:

Atores não humanos:
Por quem?

Conexões + Arranjos
Tecnologias e materiais construtivos, tecnologias e ferramentas digitais, leis e normas, obras de arte, veículos, drogas, etc

4ª - A ação é assumida:
Ator Humano + Ator Não Humano + Narrativas + Conexões + Arranjos

5ª - Escrever relatos de risco - indissociabilidade entre:
FONTES + BANCO DE DADOS + DISPOSITIVOS DE CAMPO + VISUALIZAÇÕES

ATALHOS IMPORTANTES NO MIRO

PARA SELECIONAR VÁRIOS OBJETOS SIMULTANEAMENTE ----> CLIQUE EM CADA OBJETO ENQUANTO SEGURA SHIFT OU APERTE E SEGURE SHIFT E EM SEGUIDA CRIE UMA CAIXA DE SELEÇÃO CLICANDO E ARRASTANDO O MOUSE

PARA SEGURAR E ARRASTAR A TELA ---> APERTE E SEGURE ESPAÇO ENQUANTO CLICA E ARRASTA O MOUSE

PARA DAR ZOOM OU AFASTAR ---> CLIQUE NAS TECLAS + OU - DO TECLADO OU USE O SCROLL DO MOUSE

CTRL Z - DESFAZER UMA AÇÃO

CTRL SHIFT Z - REFAZER UMA AÇÃO

CRTL C + CTRL V - COPIAR E COLAR

CRTL ALT C - COPIAR ESTILO

CRTL ALT V - COLAR ESTILO

CRTL D - DUPLICAR ELEMENTOS

CRTL G - AGRUPAR DOIS ELEMENTOS

CRTL L - BLOQUEAR ELEMENTOS

CRTL K - COLOCAR UM LINK EM UM POST IT OU FOTOGRAFIA

DIAGRAMA

Legenda

Eventos	Narrativas	Localização
Atores humanos	Atores não humanos	

Laços

OBSERVAÇÕES

Antes de inserir os eventos na linha do tempo, verifique se está preenchendo a camada correta. As camadas estão separadas por cores de fundo diferentes e os nomes estão indicados à esquerda da linha.

Certifique-se de que os objetos inseridos estão na marcação de ano correta. Os eventos devem estar sempre situados na parte superior, próximos à gradação de tempo da linha e dentro dos limites do ano. Os demais objetos podem ocasionalmente extrapolar os limites das marcações anuais.

Confira sempre as cores das caixas de texto ao finalizar a inserção de cada evento com seus arranjos. Consulte a legenda do diagrama ou os demais eventos já preenchidos caso necessário.

Você pode, sempre que possível, inserir imagens para ilustrar os eventos, atores e localizações.

Figura 3. Método da cartografia das controvérsias no Miro (fonte: produzido pelos autores para o acervo do Grupo Indisciplinar).

Disponibilizado o resumo do método na Plataforma Miro os alunos deveriam seguir os seguintes passos dispostos em um resumo no excel – google drive:

- (1) Todos os grupos devem estar presentes em todas as aulas (palestras), mas, cada um dos três grupos estará responsável pelo preenchimento apenas de um dos tópicos. Três tópicos, três grupos respectivamente.
- (2) Na biblioteca estão disponíveis leituras e referências de cada tópico, separadas por tópico e renomeadas segundo os autores. Além dessas, podem ser consultados outros dados na internet como sites, blogs, redes sociais dos coletivos, etc. Não é obrigatória a leitura de todos, aconselhamos que leiam o que acharem necessário ao preenchimento da cartografia.
- (3) Antes do preenchimento do Miro, é indicado que todas as informações sejam sistematizadas na planilha excel. Para isso, vocês vão observar todas os eventos (movimentos) apresentados pelos palestrantes, sintetizados na terceira aba desta planilha. A partir deles irão preencher na aba 2 seguindo as indicações do método (figura 4).
- (4) O Miro deve ser preenchido com base nas informações da Planilha, palestras e referências.

A figura 4 tem por objetivo demonstrar parte da experiência metodológica a partir das ferramentas virtuais apresentadas e como, a partir da distribuição dos tópicos e palestrantes por cor, acabou por facilitar o entendimento dos alunos e das análises futuras. A utilização de uma cor única por bloco de temáticas foi apreciada desde a confecções dos flyers de divulgação até a produção das planilhas e do miro:

DATA DO EVENTO	EVENTO	LOCALIZAÇÃO	LEVANTES, REDES E RUAS	URBANISMO TÁTICO E INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS	ARTE CONTEMPORÂNEA	COLETIVOS URBANOS E OCUPAÇÕES URBANAS	URBANISMO INSURGENTE E A PRODUÇÃO DO COMUM	DISPUTAS TERRITORIAIS E PRÁTICAS INSURGENTES	NOME DO MOVIMENTO	RECENTE TEMPORAL	LOCALIZAÇÃO	AUTOR
2004	Surgimento do Movimento Luta nos Bairros - MLB	IMSB - RN	“Porquê “Revolução e cultura urbana e o direito à moradia em nível nacional?”	Ocupação de um edifício abandonado em um bairro periférico, transformando-o em um centro social e cultural. Foi realizado um estudo de estimativa geracional de auto-organização com o uso de laboratório de experimentação cultural, geração de mapas de formação em vídeo (técnicas que permitem o planejamento crítico e engajamento coletivo, experimentação modular de gestão popular de equipamentos e bens comuns).					MLB - Movimento Luta nos Bairros	2004 - hoje	Nascer - RN	Almeida e outros
2007	La Casa Inhabita	Mitiga - Espírito										
2009	Criação do Comitê Popular de Copa em Fortaleza	Fortaleza - CE	“Porquê “Reconstruir as experiências urbanas necessárias para Copa do Mundo de 2014 na cidade de Fortaleza e utilizar legados, memórias, evidências, possibilidades na luta pelo direito à moradia para todos e melhoria de qualidade de vida?”						Comitê Popular de Copa	2009	Fortaleza - CE	Ogden
2010	Surgimento das ocupações por juventudes pentecostais	Fortaleza - CE	“Porquê “Porquê do jovem urbano no espaço público: possibilidades, limites e possibilidades?”							2010 - hoje	Fortaleza - CE	João de Deus
2010	Quilom de Glória	Olinda - PE	“Porquê “Realizar uma grande utilização de diversos espaços de caráter público, possibilitando uma troca de experiências, pesquisas e pesquisas.”									

SÍNTESE DOS EVENTOS CARTOGRAFADOS												
PRIMEIRO DIA - 09 DE JUNHO - GRUPO 01						SEGUNDO DIA - 10 DE JUNHO - GRUPO 02						
LEVANTES, REDES E RUAS	URBANISMO TÁTICO E INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS	COLETIVOS URBANOS E OCUPAÇÕES URBANAS	ARTE CONTEMPORÂNEA	LEVANTES, REDES E RUAS	URBANISMO TÁTICO E INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS	COLETIVOS URBANOS E OCUPAÇÕES URBANAS	ARTE CONTEMPORÂNEA	LEVANTES, REDES E RUAS	URBANISMO TÁTICO E INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS	COLETIVOS URBANOS E OCUPAÇÕES URBANAS	ARTE CONTEMPORÂNEA	
Junta (Aracaj-Sergipe)	Palma (Natal -RN)	Valéria (Fortaleza -CE)	Amil (Niterói -RJ)	Caqui (SP)	Olivia (Fortaleza-CE)	Tina e Altair (SSA)	Carla (Niterói -RJ)	Larys (Aracaj -SE)	Mariane (Fortaleza)	Leticia de Lima (Terreiros)	Mariane (CE)	
Junho de 2013	Junho de 2013	Junho de 2013	O que é e urbanismo tátil?	O que é e urbanismo tátil?	O que é e urbanismo tátil?	Coletivo Trama	Coletivo Aqui Fora	Coletivo Maspapé	Coletivo A braca	Coletivo Ocuparte	Coletivo	
Coletivo Emerge de Aracaju	Comitês populares da Copa	Movimentos de resistência à Copa	Ocupação Estábila	Instituto Casari e seus colaboradores (15)	Projeto Caminhos Fortaleza	Replanejamento do bairro Jaraguá	Surgiu a partir da ocupação do PCC nos universitários	Surgiu a partir da ocupação do PCC nos universitários	Placemaking "tátil e tátil"	Arte como uma tática de resistência	Julietana Ar	
Cultura na rua	Associação popular dos dragões para Copa	Comitê da Copa	Bancos nos calçadões	Encontros regionais	Coletivos Ambientais	Escola de Verões	Agua Fera no Lagoa	Meu bairro brasileiro	Quem é fortaleza?	Ocupação na Rua dos Pescadores	Tralala	
Ciclo de ocupações em Sergipe	MLB - Movimento de luta nos bairros	Ocupações nas escolas e espaços públicos	Brejar na cidade	Cada Cidade - Jardim Nakamura	Festival Concreto	Alf Cornea	Uma mão lava a outra	Carinhado Sensitiva	Jogo de cidade	Ocupação na Praça do Pólo Velho	Tatari	
O direito a cidade	Levante Popular da juventude	Ocupação Cocó	Rua da Alegria	Jornada de embalsamados	Missa Crítica Fortaleza	Plaque	Método a partir de cada casa	Cinema na rua	Tegem sua cidade	Ocuparte no Metrô	Est	
Os atletas	O direito a cidade	Coletivos jovens pentecostais	LuzCIOUS	Estar urbano		Mobilizadores/ não tem metodologia específica	Trabalham juntos com as universitárias	Pulsa bairro	Jogo de participação	Arraiá do Ocuparte - Bamba meu bai	Fatos tem	
Ocupação e praça	Batalhões de rap	Casa Inhabita				Construção Coletiva	Redes sociais / campanha no Instagram	Visão do futuro	Ocupação Manifesto		Be	
	Sarav de Lata	Quilom de Glória				Utilizam Instagram/ app/ Agência de telefonia para maior aproximação/ difusão	Jogo Oliva - Bairro do Bom Parto	Ocupar a cidade culturalmente e culturalmente	Ocupação online (jornalismo) Mulheres Multicoradas e Alianças Ativas		Alvoni	
	O direito a cidade	Lata experimental						Utilidade pública	Crianças e jovens sempre presentes - via a "AGORA" Não somente nos parques		Importância	

Figura 4. Ferramentas de desenvolvimento e avaliação da cartografia pelos alunos (fonte: produzido pelos autores e alunos durante o webinário).

Dessa maneira, pode-se aqui destacar a importância, em meio a necessidade de comunicação remota, de organizar as informações e criar um passo a passo dentro da própria metodologia do grupo. Para que o processo pudesse funcionar coletivamente e de maneira eficaz foi necessária

a criação de um grupo no whatsapp, planilhas compartilhadas, arquivos word compartilhados no google drive, cartografia coletiva na plataforma online Miro e a utilização do Zoom disponibilizado pela Universidade para a transmissão das aulas em uma sala única com possibilidade de transmissão ao vivo pro Youtube. Todo o material também foi pensado como parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, e diante disso, torna-se uma rica bibliografia a ser utilizada como fundamentação para o campo, que acabou por trocar as ruas pelas redes.

Pois bem, busca-se aqui também apresentar uma breve síntese das cinco incertezas apreendidas pelo método cartográfico a partir da experiência da cartografia. A primeira incerteza é a de que (1) há questões de fato e questões de interesse, existindo assim fatos marcados no tempo (linha do tempo apresentada no Miro) que são tratados como os eventos (em laranja), compreendidos a partir das figurações sobre esse fato, ou seja, das diferentes narrativas (em rosa) apresentadas pelos atores. A figura 5 demonstra parte da cartografia realizada no Miro, em um recorte temporal de 1990 a 2022, demonstrando a incidência dos novísimos movimentos sociais a partir dos anos 2000 e diferenciando-os dos movimentos clássicos. Pela imagem pode-se notar uma maior presença de eventos e narrativas no recorte temporal de 2010 a 2019, com destaque para eventos como Junho de 2013 e uma diminuição das ações a partir da pandemia.

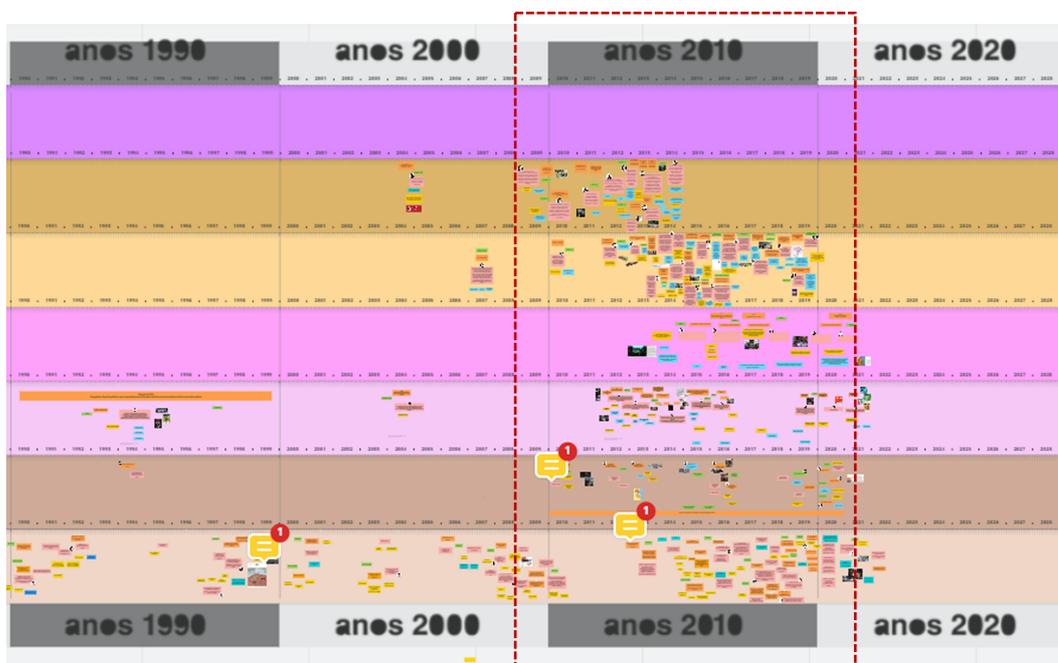


Figura 5. Cartografia na plataforma Miro realizada em junho de 2021 no webinar cultura e lutas urbanas no NE (fonte: produzido pelos alunos e grupo Indisciplinar na plataforma Miro).

Na segunda incerteza, Latour sugere que “não existem grupos, apenas formação de grupos”, ou seja, os atores confluem entre redes de interesses sem estarem necessariamente atrelados a um único grupo. Podendo, dessa forma, um mesmo ator pode se associar a diferentes narrativas. A terceira incerteza diz respeito aos atores não humanos (em azul) – os objetos – demonstrando que os mesmos também agem e influenciam várias narrativas que se constroem em uma rede. Esses atores não humanos podem se apresentar a partir de diversos objetos de análise: leis, partidos políticos, as ferramentas, os sistemas construtivos, intervenções urbanas como grafite, projetos, construções, etc. Novamente podemos identificar as controvérsias, como por exemplo em uma mesma lei que pode ser entendida diferentemente para cada grupo.

A quarta incerteza diz respeito a diferença da questão do fato (o quê?) e a questão de interesse (por quê?) a partir da própria construção da rede, onde os atores humanos e não humanos estão, não só submetidos à forças externas, como também agem nas suas conexões - linhas - e cruzamentos – nós. Ou seja, analisar a cartografia parte de analisar a rede como um todo,

observando as suas conexões, as suas linhas que interligam vários atores a uma mesma narrativa, os seus desdobramentos e arranjos. Por fim, a quinta incerteza diz que os relatos são sempre relatos de risco e há várias maneiras de se construir esses relatos são importantes, observando sempre a multiplicidade de informações apresentadas pelos atores.

Dessa maneira, a figura a seguir apresenta um recorte da cartografia entre os anos de 2013 e 2015 a partir das palestras do tema “Urbanismo tático e intervenções temporárias” em 09 de junho de 2021, onde pode-se notar diversas ações insurgentes realizadas na cidade de Fortaleza, Ceará, e as variadas narrativas apresentadas pelos palestrantes do Instituto COURB e o pesquisador José Otávio. Em verde, o destaque para a localização- cidade; em rosa, as várias narrativas apresentadas pelos convidados; em laranja, os eventos principais – instalação de parklets na cidade, surgimento do projeto de pintura de ciclofaixas, surgimento de projetos de plantio de árvores, criação do instituto COURB; em azul, os atores não humanos – mobiliários, praças, mídia, ciclofaixas, etc; e em amarelo, os atores humanos – cidadãos, coletivos, prefeitura, grupos organizados, etc (figura 6).

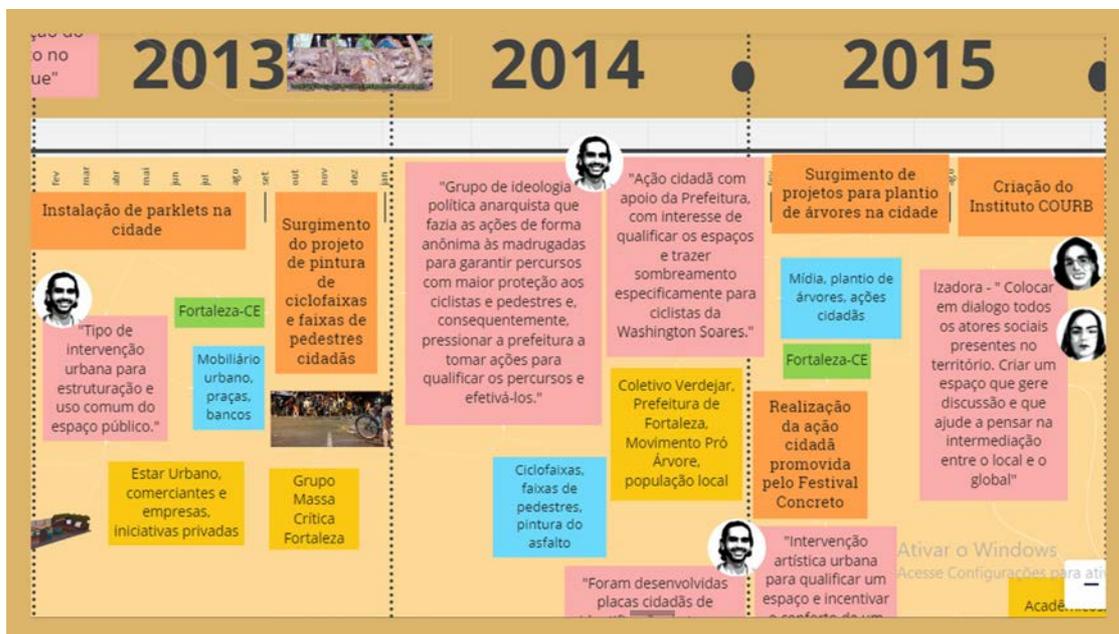


Figura 6. Cartografia na plataforma Miro demonstrando as narrativas dos palestrantes (fonte: produzido pelos alunos e grupo Indisciplinar na plataforma Miro).

De maneira geral, o que se notou a partir da cartografia, é que a grande maioria dos coletivos e grupos insurgentes ganharam bastante força e capacidade de organização a partir de pequenas experiências táticas e temporárias espalhadas pelas cidades, nesse caso nas nove capitais do Nordeste. A partir dessas ações inseridas na microescala eles passaram a se organizar e criar coletivos urbanos – como é o caso do Ocuparte, Trama, Instituto COURB, entre outros demonstrados pelos palestrantes – e obtiveram com isso uma maior capacidade de encontrar novas pessoas, tanto nas próprias ruas como se organizando a partir das redes sociais – grupos de facebook.

Nota-se ainda a presença marcante dessas ações frente às ações políticas em Junho de 2013 no Brasil e pode-se retomar Gohn (2014b) ao afirmar que essas foram a maior manifestação política popular do país depois das Diretas Já em 1984. As manifestações ocorreram em doze capitais do Brasil e em várias cidades de pequeno e médio porte e, no mês de junho, 353 cidades já estavam envolvidas. A partir da cartografia e dos escritos da autora, pode-se afirmar que foram mobilizações construídas via redes sociais e advindas de ondas globais, relacionadas diretamente com outras ações e protestos pelo mundo: Turquia, Egito, Occupys iniciados em Wall Street e os Indignados na Grécia, Espanha e Portugal. Para além do caráter não nacionalista, os “levantes”

foram formados por grupos não hierarquizados, descentralizados e autônomos, que intercalavam desde os jovens do movimento estudantil – ligados a coletivos, a centros acadêmicos e grupos formados dentro da Universidade - à movimentos de direita ligados à classe média e classe média alta.

O que a análise da cartografia nos traz é que existem são várias camadas sobrepostas que só podem ser entendidas como platôs e apresentadas em diversas escalas – local, nacional, global – constituídas a partir da linha do tempo. Para isso, a importância da localização exata, das várias narrativas e da compreensão de todos os atores envolvidos, sejam humanos ou não humanos. Diante disso, resta-nos encerrar esta discussão com novos questionamentos para o prosseguimento desta análise: como pensar uma construção democrática para além das atuais formas de homogeneização? Dentro da produção de cidades e de subjetividades neoliberais, seria possível a construção de uma práxis transformadora gerada a partir da experiência dos movimentos sociais, da colaboração nas redes e nas ruas e da criação de afetos? e por fim, seriam as manifestações nas ruas, os coletivos urbanos, as ocupações temporárias na cidade, experiências autonomistas capazes de produzir novos imaginários, novas formas de ocupar a cidade e produzir coletividades não-capitalistas?

4. Considerações finais

Em uma breve retomada das temáticas abordadas ao longo deste texto, cabe aqui destacar a cidade neoliberal e o surgimento do “empreendedor de si mesmo, homem neoliberal” como forma direta de embate à construção coletiva de uma sociedade, e, respectivamente, ao crescimento de novas formas de sociabilidade por meio dos movimentos sociais. É inquestionável o enfraquecimento dessas manifestações frente a um cenário de desmonte do Estado, das políticas urbanas e da própria vivência na cidade. Nota-se, a partir dos debates e da cartografia construída durante a experiência do webinar, um crescimento dessas manifestações a partir de 2008 até 2016, e após golpe e fortalecimento das políticas neoliberais, uma diminuição dessas ações, sendo totalmente enfraquecidas durante a pandemia e Governo Bolsonaro.

Diante disso, mesmo que de forma literária e um tanto utópica, torna-se urgente pensar em uma práxis coletiva e autonomista, formada a partir da construção de um novo significado para o social. Só indivíduos autônomos são capazes de decidir os seus futuros, subverter a realidade e construir a sua própria liberdade a partir de uma prática, que deve ser construída coletivamente. Essa práxis seria assim um modo de fazer autonomia, individual ou coletiva, a partir de saberes e tendo como finalidade a transformação dos sujeitos por meio de suas experiências. Seria uma “transformação radical da sociedade pela atividade autônoma dos homens e de um projeto político que deve mostrar as bases de um futuro e ideias para essa nova sociedade” (CASTORIADIS, 1982, p.97-98).

Finalmente, espera-se com esta reflexão despertar novos questionamentos que tem por finalidade compreender a ânsia de tais movimentos inseridos no espaço público dos grandes centros urbanos e a sua relação com a construção de uma democracia pautada na autonomia e na pluralidade de seus atores. Encerra-se esta discussão com novos questionamentos, que, não são partes solucionáveis de um todo, mas sim caixas a serem abertas e decifradas pouco a pouco, sob um “movimento peculiar de reassociação e reagregação” (LATOURETTE, 2012, p.25). São eles: Como compreender os novíssimos movimentos sociais enquanto micropolíticas em um contexto de subjetividades neoliberais? Como captar as nuances, as rupturas, pontos de fricções, campos de tensão e as linhas de fuga deixadas nos territórios “informais”? Como traçar uma nova cartografia dessas resistências observando os seus principais atores e as suas respectivas narrativas? Para onde olhar? Para as fendas, rupturas? Para os levantes? Para as marcas de apropriações (os grafites, o tático, o efêmero)? O que transborda e escapa aos jogos de poder na

cidade contemporânea? Seria a prática autonomista um caminho que levaria a uma práxis revolucionária?

5. Referências

BRENNER, Neil. **Espaços da Urbanização**. 1. ed. Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes. 2009.

GOHN, M. G. M. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

GOHN, Maria da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014a.

GOHN, Maria da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014b.

GOHN, M. G. M. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales**: Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública, Quito, v. 6, n. 1, p. 93 - 119, 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/3925/3497>>. Acesso em: 21 novembro 2022.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. 4 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. O neoliberalismo e as técnicas de poder. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chuul. **Psicopolítica. O neoliberalismo e as técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editor Âyné, 2018.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador/Bauru, São Paulo: Edufba/Edusc, 2012.

LOPES, Marcela Silvano Brandão; SÁ, Ana Isabel De; RENA, Natacha. **Método cartográfico indisciplinar: da topologia à cartografia do rizoma**. VIRUS. n. 19. p. 1-13. 2019. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=en>>. Acesso em: 21 novembro 2022.

ROLNIK, Suely. **Geopolítica da cafetinagem**. 2006. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/direitoshumanos.pdf#page=103>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos**: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2020.

SOUZA, M. L. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta.** Cidades: Revista Científica, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 7, n. 11, 2010.

¹ O Método cartográfico, genealógico e em platôs, foi desenvolvido pelo Grupo de pesquisa Indisciplinar (EA/UFMG) e utilizado para se mapear as sobreposições de narrativas entre atores humanos e não-humanos presentes nas falas e artigos apresentados durante o Webinário Cultura e Lutas Urbanas. Tal método parte das reflexões e costuras teóricas dos escritos de Michel Foucault (1986), somados aos conceitos de “rede e rizoma” de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996) e a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012), em uma síntese metodológica que tem como objetivo principal a identificação de controvérsias entre as narrativas e atuações dos atores na trama de pesquisa.

² Para Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo funciona como um orienta governos, empresas e milhões de pessoas, de forma inconsciente. Potencializadas pelos avanços tecnológicos do Estado moderno e o enfraquecimento do poder público, as práticas neoliberais concentram-se em uma nova razão contemporânea fundamentado em uma racionalidade. É importante compreender que nesse contexto os Estados passam a ser intervencionistas, deixando de atuar na proteção social e conduzindo territórios e pessoas às necessidades diretas do capital, materializado no mercado o mito do “empreendedorismo”. Esse seria então o Estado-capital, a fortificação da figura estatal quando associada aos interesses do mercado (DARDOT e LAVAL, 2016).

³ O webinário Cultura e Lutas Urbanas II, diante do contexto da pandemia da Covid-19, teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de novas práticas extensionistas e do trabalho de pesquisadores do tema no Nordeste do Brasil. A atividade parte do incentivo dos projetos de extensão Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades, vinculados ao programa de extensão IndLab junto ao grupo de pesquisa Indisciplinar (CNPq/UFMG), onde ambos promoveram o evento no mês de junho de 2021 como parte da Formação Transversal da UFM.

⁴ O grupo de pesquisa Indisciplinar, vinculado ao CNPq e sediado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte, atua na elaboração de cartografias (mapas, linhas do tempo, registro em redes sociais, textos, eventos) concernentes à produção contemporânea do espaço urbano. Destaca-se como produção material do grupo (a) cartografias colaborativas e ferramentas de georreferenciamento e interação; (b) o levantamento, análise e representação da evolução dos fenômenos investigados em linhas do tempo; (c) a produção colaborativa em rede; (d) a criação de redes, a partir do uso tático das redes sociais e canais de comunicação de ampla utilização na internet; e (e) a incidência política por meio de ações nas ruas a partir de aulas públicas, atividades artísticas e culturais.